

Trabalho infantil na agricultura familiar

ARISE
ALCANÇANDO
A REDUÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL
PELO SUPORTE À
EDUCAÇÃO

Orientação para produtores

Contact
contact@ariseprogram.org
www.ariseprogram.org



Caro produtor,



Não é fácil acompanhar a evolução das coisas. Quem vive no campo sabe disso. Há sempre uma tecnologia nova, um maquinário diferente, um tipo de semente que produz mais do que a antiga. Fora da lavoura, o mundo parece andar ainda mais rápido. Hábitos e costumes que antes eram considerados normais, hoje são vistos como ultrapassados. As leis mudaram

para garantir um futuro melhor às novas gerações. O respeito a estas regras é fundamental para que os jovens, crianças e adolescentes sejam os futuros donos da terra e não abandonem o campo pela cidade. Esta cartilha, organizada pela OIT no âmbito do programa ARISE - Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação - traz algumas das principais dúvidas sobre o que diz a atual legislação diante de questões como trabalho infantil, aprendizagem, emancipação dos filhos, fiscalização e penalidades para quem não cumprir a lei. Você também vai ficar sabendo o que as autoridades estão fazendo para garantir estes direitos.

Ao final da publicação, você irá encontrar um glossário. Ele explica alguns termos técnicos que são importantes para a compreensão desse material. Além de uma lista de abreviaturas. As questões desse Guia foram reunidas nos Ciclos de Conscientização promovidos pelo SINDITABACO, através do Programa Crescer Legal, em que a OIT foi uma das capacitadoras.

Fique à vontade e tenha uma ótima leitura.

Não existe no Brasil uma política pública para educação no campo. Os pais que vivem da agricultura podem ensinar os filhos a trabalhar, como no caso de aprendiz?

Não, os pais não ensinam a trabalhar.

A aprendizagem profissional é realizada cumprindo regras técnicas e limitações legais, conforme a Lei do Jovem Aprendiz, em vigor há mais de 15 anos.

Ao pensar que está ensinando o filho a trabalhar, desejando ou não, o pai usufrui daquele trabalho, de maneira insalubre, insegura e sem a devida



Qual é a penalidade para o produtor se for constatada a utilização de mão de obra infantil ou adolescente na propriedade? E quem faz a fiscalização?

O responsável por esta fiscalização é o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Se os fiscais identificam o uso da mão de obra de crianças e adolescentes, devem encaminhar o caso ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público Estadual. São estes órgãos que vão analisar a situação.

Qualquer empresa, em qualquer ramo de atividade que contrate crianças e adolescentes comete a chamada irregularidade administrativa. Por causa disso, elas são autuadas. Na agricultura familiar, a situação é um pouco

diferente. A utilização do trabalho dos filhos resulta em uma notificação do Conselho Tutelar. Na cadeia produtiva do tabaco, essa situação também pode ser constatada pelos orientadores agrícolas. Eles devem cumprir o compromisso assinado pelas empresas junto ao Ministério Público do Trabalho e registrar a situação quando pessoalmente constatada. Depois disso, o produtor que permanecer utilizando a mão de obra de seus filhos, pode deixar de ser contratado na próxima safra. A justiça também pode responsabilizar os pais. Mas antes da responsabilização, o objetivo principal é garantir que a criança ou o adolescente continue estudando e tenha um crescimento saudável.

De que forma a empresa de tabaco pode ser penalizada se o Ministério Público descobrir a utilização de trabalho precoce na cultura do tabaco?

A empresa sofrerá penalização por parte do Ministério Público do Trabalho quando for constatada a irregularidade e a não informação do uso de mão de obra infantil. Nesse caso, estará sujeita à multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por produtor.

É a empresa quem deve orientar o produtor sobre a proteção às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Se ele for reincidente, o caso deve ser informado ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público. Dependendo da situação, o produtor não deverá ser contratado para a safra seguinte. Os compromissos de orientação e acompanhamento são assumidos pelas empresas associadas ao SINDITABACO e a AFUBRA junto ao MPT e pelos produtores quando assinam o contrato de compra e venda das folhas de tabaco.

Os filhos emancipados podem trabalhar na cultura do tabaco? E os que já tiverem casados ou em união estável?

Apenas se tiverem mais de 18 anos.

A emancipação ou o casamento não mudam o teor das normas do país e das regras estabelecidas junto ao Ministério Público do Trabalho.

A idade de 18 anos é o que limita a possibilidade de trabalho nesta cultura, conforme os Termos de Compromisso e de Acordo assinados pelo setor. Um outro decreto do governo federal, conhecido como lista TIP, também proíbe o trabalho na cultura do tabaco nesta situação.

Na condição de aprendiz, o que os filhos de agricultores podem fazer na propriedade?

Aprendizagem não é apenas trabalho, é também educação.

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, aprendizagem é a formação técnico-profissional para o adolescente ou jovem segundo as bases da lei de educação em vigor. Ela estabelece que as empresas com mais de sete empregados ofereçam a possibilidade de aprendizagem a adolescentes ou

jovens com idade entre 14 e 24 anos incompletos. Para serem beneficiados, eles devem cursar a escola regular ou ter o ensino médio concluído. Ainda não existe um modelo de aprendizagem que seja adequado à agricultura familiar. Portanto, qualquer atividade produtiva remunerada é proibida para adolescentes até os 16 anos. Após esta idade, são permitidas as atividades que não

Com todas estas questões à respeito do trabalho infantil (proibindo o agricultor de ensinar seus filhos), como fica o êxodo rural? Quem vai dar continuidade na profissão agrícola?

O êxodo rural não é causado pela proibição do trabalho infantil de crianças e adolescentes, mas por outros fatores próprios da zona rural e da agricultura.

A continuidade da profissão de produtor rural, preocupação de toda a sociedade, depende de políticas e oportunidades que incentivem a permanência do jovem produtor no campo. É fundamental que ele tenha uma remuneração adequada pelo trabalho realizado, possibilidade de acesso à cultura e ampliação de outros benefícios como rede de internet e telefonia móvel. Ao contrário do que se costuma afirmar, o trabalho precoce, extenuante e não remunerado tende a afastar o jovem do campo ao invés de desenvolver o “gosto” pelo trabalho. A antiga prática de pequenos produtores rurais de “ensinar” os filhos a trabalharem

significava o uso de mão de obra sem custo, sem remuneração. O jovem rural, assim como o jovem morador nos centros urbanos, deseja usufruir dos rendimentos do seu trabalho, o que ainda não acontece em muitas propriedades. O mundo rural sofreu profundas transformações nos últimos 30 anos. E elas geraram uma necessidade de adaptação dos produtores. É uma nova realidade em que a antiga produção de subsistência deu lugar a um sistema cada vez mais complexo e tecnológico. A busca destes novos conhecimentos deixou de ser um privilégio para tornar-se um fator fundamental para o desenvolvimento na agricultura. A escolaridade e a qualificação são cada vez mais necessárias para que os filhos dos produtores tenham uma visão mais ampla de seu negócio e invistam em novas práticas de gestão e inovação.



O censo demográfico 2010 do IBGE mostrou que o número de pessoas que mora em áreas rurais continua diminuindo no país, porém em um ritmo menor do que na década anterior. De acordo com a pesquisa, a população rural no país perdeu 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010. Segundo levantamento realizado pela

FETAG/Emater, existem 43 mil propriedades sem sucessão no Rio Grande do Sul. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, de 2013, aponta que a população do Brasil é 84,77% urbana e apenas 15,23% rural. São 170 milhões de pessoas residindo em áreas urbanas e 30 milhões em áreas rurais.

O que fazer quando os adolescentes têm motivação própria para trabalhar, não aceitam a orientação dos pais e deixam de comparecer à escola?

É dever dos pais demonstrar aos filhos a importância do acesso ao conhecimento, ao menos, com a conclusão do ensino fundamental.

O incentivo é fundamental para que eles sintam vontade de conhecer, aprender e estudar mais. A educação é um direito da criança e do adolescente e um dever do Estado e da família, conforme previsto na Constituição Federal. O diretor da escola, quando superar as tentativas de garantir o regresso do aluno, precisa informar o caso ao Conselho Tutelar.

Ele deve preencher a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente, conforme acordo entre o Ministério Público, a Secretaria Estadual de Educação e os Conselhos Tutelares. A comunicação não visa a punição, mas o reenaminhamento do aluno à escola. Medidas punitivas apenas serão adotadas se ficar comprovada a negligência dos responsáveis. O orientador agrícola também tem papel importante na tarefa de ajudar os pais diante deste problema. É preciso conscientizar a todos que o bem-estar da criança e do adolescente começa pela educação.

A educação no Brasil não é em tempo integral. O que se recomenda para os períodos em que as crianças e adolescentes não estão na escola?

Muitas atividades são possíveis para ocupar o tempo em que as crianças não estão na escola, como ler, praticar esporte, brincar, etc.

O importante é encontrar atividades que não exponham os filhos a condições de risco e garantam um crescimento saudável e educativo. Incentivar a leitura pode tornar o estudo um elemento mais interessante. As crianças precisam ter tempo para brincar. A brincadeira é um momento pedagógico, onde elas aprendem a se expressar, a se comunicar com os outros e desenvolver suas potencialidades. O contraturno escolar já é uma realidade em algumas localidades e deve ser expandido pelos estados. Desde 2007, o Ministério da

Educação busca induzir as escolas públicas a ampliarem as jornadas na busca da educação integral. O interesse das prefeituras é fundamental para buscar a adesão ao programa.

De acordo com o Censo Escolar, realizado em 2013, o Brasil tem 43,95 milhões de estudantes frequentando a rede pública de educação básica (estadual e municipal). Na região Sul do país, estão 5,69 milhões de estudantes nas escolas da rede pública de educação básica. São 2,1 milhões de estudantes no Rio Grande do Sul, 1,3 milhões em Santa Catarina e 2,2 milhões no Paraná.

O que o Ministério Público pode fazer em relação aos pais que liberam tratores para adolescentes dirigirem?

O MP pode determinar medidas administrativas, como a retenção do trator e o recolhimento da carteira de habilitação do pai pelas autoridades de trânsito, ou medidas judiciais para responsabilizar os pais, que terão direito de defesa garantido por lei.

Tratores e outras máquinas agrícolas só podem ser manejados por quem tem carteira de habilitação, o que é permitido depois dos 18 anos. A restrição vale não só para a cultura do tabaco, mas também em outras plantações, como a soja. A proibição do manejo destas máquinas por crianças e adolescentes não é apenas uma norma de trânsito, mas faz parte da Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, que é citada na lista TIP (Trabalho Infantil Perigoso). Casos de crianças e adolescentes nesta situação de risco devem ser sempre comunicados ao Ministério Público Estadual.



Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, artigo 129:

“São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:


- I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- VII - advertência;
- VIII - perda da guarda;
- IX - destituição da tutela;
- X - suspensão ou destituição do poder familiar.”

O Brasil adota a lei que proíbe o trabalho infantil, mas, em contrapartida, oferece condições para que as crianças e adolescentes, que nasceram e vivem no meio rural, tenham um futuro melhor?

Estas condições devem ser garantidas por todos, especialmente pelo governo, seja ele federal, estadual ou municipal.

Mas, para que o jovem tenha um futuro de qualidade, é necessário que ele tenha uma infância e uma adolescência de qualidade, onde possa estudar, se qualificar e onde sua saúde seja protegida. O avanço de programas de ampliação do contraturno escolar busca fazer com que crianças e adolescentes possam permanecer mais tempo envolvidos com o estudo.

O programa Jovem Aprendiz Rural desenvolve as competências básicas, gerais e de empreendedorismo relacionadas às atividades agrícolas e agropecuárias. No Rio Grande do Sul, ele é executado pelo SENAR-RS em convênio com o poder público em Pinhal, Rio Grande, Vacaria, Montenegro, São Luiz Gonzaga, Santa Vitória do Palmar, Minas do Leão e Barra do Ribeiro. Com o programa, o SENAR-RS já beneficiou mais de 1,2 mil jovens rurais gaúchos que tiveram oportunidade de aprender, por meio dos cursos de capacitação, especificidades da área rural e a ter visibilidade para construir sua profissão trabalhando no campo.



O trabalho precoce não garante ao jovem um futuro melhor. Bem pelo contrário. Uma pesquisa realizada pela OIT e o IBGE demonstra que quanto mais cedo um jovem começa a trabalhar, menor é sua renda no futuro.

Por exemplo, quem começa a trabalhar antes dos 14 anos tem baixa probabilidade de obter renda superior a R\$ 1.000 mensais ao longo da vida. Quem entra no mercado de trabalho antes dos 9 anos tem pouca probabilidade de renda superior a R\$ 500 mensais. Quem inicia o trabalho entre 15 e 17 chega aos 30 anos com renda semelhante a quem ingressou com 18-19 anos, mas ao final da vida laboral há maior probabilidade de menor rendimento.

Os pesquisadores concluíram que isto acontece porque quem trabalha muito cedo tem pouca escolaridade e se qualifica menos do que os que permanecem maior tempo estudando.

Qual a alternativa para as famílias que não têm com quem deixar as crianças quando vão trabalhar na lavoura de tabaco?

Os filhos devem ser encaminhados a uma escola de educação infantil ou às atividades de contraturno (se existirem). Não havendo estas possibilidades, um parente maior de idade pode ficar responsável por eles enquanto os pais estão trabalhando.

As crianças não podem estar em contato com culturas que possam trazer riscos para a saúde, como o tabaco. Cabe aos pais ou responsáveis legais criar condições para que seus filhos ou dependentes permaneçam em segurança enquanto trabalham.

Constituição Federal Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O que as famílias precisam fazer para terem acesso e continuarem recebendo os benefícios do Programa Bolsa Família?

Os pais devem estar atentos para três exigências principais:

Na educação, é preciso garantir a frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes até 15 anos e de 75% para jovens de 16 a 17 anos. Na saúde, deve-se manter em dia o calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento de crianças de até sete anos, realizar pré-natal das gestantes e acompanhar as mães que estão

amamentando. Na assistência social, é necessário garantir a frequência mínima de 85% das crianças e adolescentes de até 16 anos que foram retiradas do trabalho infantil nas atividades do Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). De acordo com os dados do governo federal divulgados em outubro de 2013, o Bolsa Família contempla 13,8 milhões de famílias, beneficiando mais de 50 milhões de pessoas em todo o Brasil.

GLOSSÁRIO

Para melhor compreender os assuntos dessa publicação, é importante saber:

O que é trabalho infantil?

Segundo a OIT, é toda forma de trabalho exercida por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida, conforme a legislação de cada país. Ele é proibido pela legislação e suas formas mais graves são definidas como crime.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o Brasil tinha, em 2013, 3,1 milhões de crianças envolvidas no trabalho infantil, o que representa 7,4% das crianças de 5 a 17 anos. Houve uma queda de 12,3% neste número em relação ao ano anterior.

O que é a OIT?

A Organização Internacional do Trabalho é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas - ONU que tem como missão fundamental a defesa da justiça social. Isto acontece através da promoção de um trabalho decente para todos: homens, mulheres, jovens e adolescentes.

A OIT é composta por 185 países representados por governos, organizações de empregadores e de trabalhadores. São cerca de 40 escritórios espalhados pelo mundo. A sede fica em Genebra, na Suíça.

Em 1969, quando completou 50 anos, a OIT recebeu o Prêmio Nobel da Paz pela atuação na promoção da justiça para trabalhadores e pela assistência técnica aos países em desenvolvimento.

O que é uma convenção internacional?

É uma lei que estabelece princípios e regras decididos de comum acordo por países e que devem ser seguidos por todos aqueles que a assinaram. No Brasil, uma convenção internacional deve ser assinada pelo Presidente da República, depois da aprovação pelo Congresso Nacional. Como exemplo, temos a Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que é um tratado que busca proteger crianças e adolescentes de todo o mundo, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Ela foi adotada por quase todos os países integrantes das Nações Unidas, com a exceção de Somália e Estados Unidos da América.

Temos dois exemplos importantes de

convenção sobre trabalho infantil que combatem a entrada da criança no mundo do trabalho:

A convenção 138/73 da Organização Internacional do Trabalho trata sobre a idade mínima para admissão no emprego. Todos os países que a adotarem precisam seguir uma política nacional de abolição do trabalho infantil. Eles devem elevar a idade mínima de admissão no emprego a um nível adequado ao desenvolvimento físico e mental dos adolescentes. Foi assinada pelo Brasil em 2002.

A Convenção 182/99 da Organização Internacional do Trabalho busca ações imediatas para eliminar as piores formas de trabalho infantil. Os países que concordaram com ela devem adotar com urgência medidas para proibir este tipo de situação.

O Brasil assinou a convenção em 2000.

O que é Ministério Público do Trabalho?

O Ministério Público é um órgão criado na Constituição Federal de 1988. Ele é responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade.

Já o Ministério Público do Trabalho tem a missão de defender o regime democrático nas relações de trabalho. Os procuradores buscam proteger os direitos de todos diante das ilegalidades que possam ser praticadas nesta área, como o trabalho infantil, o escravo, discriminação e saúde e segurança.

O que é “Termo de Compromisso”?

E “Termo de Acordo”?

São acordos realizados entre pessoas e/ou instituições, que reúnem regras a serem seguidas por todos aqueles que assinaram o documento.

Em dezembro de 2008, as empresas associadas ao SINDITABACO, a AFUBRA e o Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul assinaram um Termo de Compromisso para manter crianças e adolescentes na escola e garantir que eles não trabalhassem mais nas lavouras de tabaco. Além disso, no documento, todos se comprometeram a proporcionar aos agricultores condições de aprendizagem, cuidados para o manejo adequado de agrotóxicos na plantação, proteção do meio ambiente e utilização dos meios corretos para garantir saúde e segurança durante o trabalho. Em março de 2011, as mesmas empresas e a AFUBRA assinaram um Termo de Acordo, com

os mesmos objetivos, desta vez com o Ministério Público do Trabalho de Brasília.

Esse documento tem validade para os estados do Paraná e Santa Catarina.

O que é “emancipação de menores”?

É a maneira através da qual uma pessoa que ainda não atingiu a maioridade consegue ter alguns direitos civis reconhecidos por lei.

A forma mais comum de emancipação é por meio da autorização dos pais e só acontece a partir dos 16 anos. O casal precisa estar de acordo. Se um não aceitar, a autorização não será concluída no cartório.

O jovem também pode se emancipar pelo casamento, pela conclusão de um curso superior, pela compra de um estabelecimento comercial ou se tiver emprego com remuneração suficiente para garantir o seu sustento. Em todos estes casos, é necessário o reconhecimento por uma decisão judicial.

O que é o Programa ARISE?

A sigla ARISE significa Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação. É uma parceria entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Winrock International (WI) e a JTI (Japan Tobacco International).

O programa trabalha para prevenir e ajudar a eliminar o trabalho infantil nas lavouras de tabaco. Para isso, o ARISE procura conscientizar os pais, auxiliar no acesso à educação de qualidade para as crianças e fortalecer economicamente as comunidades produtoras de tabaco. Ele também contribui para a adequação das normas existentes, além de buscar políticas públicas de educação, saúde e assistência junto aos governos.

Atualmente, o ARISE desenvolve atividades nos municípios de Arroio do Tigre, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul e Sobradinho, localizados na Região Centro Serra do estado do Rio Grande do Sul.

O que é contraturno escolar?

Contraturno escolar são atividades realizadas no turno inverso das aulas. Se a criança ou adolescente estudar de manhã, à tarde pode se dedicar ao lazer, ao esporte, à cultura, à leitura, à música. Também pode aproveitar para atividades sociais ou para aprimorar seu aprendizado através de reforço escolar ou estudo de uma língua estrangeira.

O que é o êxodo rural?

É o termo que se usa para definir a mudança definitiva e sistemática das pessoas que

vivem no campo para as cidades.

O que é política pública?

É um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelos governos com o objetivo de promover ou garantir os direitos da população, como o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, entre outros. Em muitos casos, a população participa através dos conselhos municipal, estadual e nacional. Na área da infância, existem os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, que atuam no controle da efetivação dos direitos da infância.

O que é o Programa Jovem Aprendiz?

É um programa de aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego destinado a adolescentes ou jovens entre 14 e 24 anos que estejam frequentando a escola (caso não tenham concluído o ensino médio). Eles se matriculam no curso de aprendizagem profissional e são admitidos por empresas com um contrato de trabalho especial, onde está prevista a formação técnico-profissional, por tempo determinado de 2 anos.

O que é o Programa Bolsa Família?

É um programa de transferência direta de renda que beneficia a população pobre ou extremamente pobre em todo o país. A prioridade são famílias com renda mensal inferior a setenta e sete reais per capita. Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para quem faz parte do programa. A retirada é feita com cartão magnético, que na maior parte das vezes está no nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos membros e da renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

A seleção é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único (CADÚNICO) que busca identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

O que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)?

É um programa do governo federal que busca realizar um conjunto de ações para a retirada de crianças e adolescentes das práticas de trabalho infantil. O PETI procura contribuir para o desenvolvimento integral, promovendo o ingresso em programas sociais que facilitem o acesso à escola formal, saúde e alimentação. Toda criança e

adolescente que for encontrado em situação de trabalho ilegal deve ser obrigatoriamente inserido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Ele é ofertado pela Proteção Social Básica (no CRAS) e tem estreita articulação com o responsável pelo PETI no município.

O que é Winrock International?

Winrock International é uma organização sem fins lucrativos que trabalha com pessoas nos Estados Unidos e ao redor do mundo para fortalecer os desfavorecidos, aumentar as oportunidades econômicas e conservar os recursos naturais. Com sede administrativa em Little Rock, Arkansas e com um escritório programático em Washington DC, Winrock é financiado pelo setor privado, fundações e os governos dos EUA e outros países. Winrock opera programas inovadores na agricultura, gestão de recursos naturais, energia limpa e desenvolvimento de liderança, adaptando as suas intervenções às necessidades específicas de seus parceiros. Ao vincular os indivíduos e as comunidades com ideias novas e tecnologias locais, Winrock procura aumentar a longo prazo a produtividade, equidade e gestão responsável dos recursos para beneficiar os desfavorecidos do mundo.

O que é a JTI?

A JTI é membro do Grupo de Empresas Japan Tobacco (JT), uma das líderes mundiais no segmento de tabaco e proprietária de três das cinco marcas de cigarro mais vendidas no mundo. Entre elas, as marcas Camel e Winston, que começaram a ser comercializadas no Brasil em fevereiro de 2014.

Com sede em Genebra, na Suíça, a JTI tem mais de 27 mil funcionários e operações em mais de 73 países. Em 2009, o Grupo JT comprou a Tribac Leaf Limited, uma empresa que produz tabaco na África e Ásia, bem como duas empresas brasileiras - Kannenberg, uma produtora e comercializadora de tabaco, e KBH&C, empresa que processa e comercializa produtos Kannenberg. O Grupo JT também estabeleceu uma joint venture com dois fornecedores de tabaco em folha dos Estados Unidos - Hail&Cotton Inc. e JEB International. No Brasil, a JTI está presente há cinco anos com operações de processamento de tabaco em sua unidade de Santa Cruz do Sul (RS) e com unidades de compra de tabaco nos três estados do Sul.

Para mais informações, consulte: www.jti.com

LISTA DE ABREVIATURAS

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil

ARISE - Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FICAI - Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JTI - Japan Tobacco International

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MP - Ministério Público

MPT - Ministério Público do Trabalho

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

SENAR RS - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Rio Grande do Sul

SINDITABACO - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

WI - Winrock International

Termos - Referência ao Termo de Compromisso e Termo de Acordo, com o mesmo significado

Essa publicação utiliza papel reciclado, 100% reciclável, proveniente de aparas de papel já impresso.

Reciclar o papel quer dizer preservar as árvores. Ajude a preservar nossas florestas.

Faça também a sua parte. Não utilize mata nativa.